

20	17
Livro	Folha

CONTRATO DE EMPREITADA PÚBLICA POR CONCURSO PÚBLICO CP-08/2020 "ESPAÇOS DE MEMÓRIA – CENTRO INTERPRETATIVO DE FERREIRA DE AVES E MUSEU ZOOLOGICO DE SÁTÃO,

SUBDIVIDIDA EM DOIS LOTES.

---Aos cinco dias do mês de janeiro, do ano de dois mil e vinte e um, na Vila de Sátão e no Edifício dos Paços do Concelho, perante mim, [REDACTED] Licenciada, Dirigente de 3.º grau da Unidade Jurídica e Contencioso, exercendo neste ato, a função de Oficial Público do Município de Sátão, compareceram como Outorgantes: -----

---**PRIMEIRO:** Município de Sátão, adiante designado como primeiro outorgante, com sede na Praça Paulo VI, 3560-154 Sátão, titular do cartão de identificação de pessoa coletiva de direito público número 506882713, neste ato representado pelo Exmo. Doutor Alexandre Manuel Mendonça Vaz, natural [REDACTED] residente [REDACTED]

[REDACTED] na qualidade de Vice Presidente da CÂMARA MUNICIPAL, em conformidade com os poderes que lhe foram delegados através do despacho do Sr. Presidente de Câmara, datado de 24 de outubro de 2017, nos termos da alínea f) do n.º2 do artigo 35.º e n.º 2 do artigo 36.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

---**SEGUNDO:** Construções Graciano & Sousa, Lda, LDA., adiante designada como segundo outorgante, com sede na Quinta Senhora dos Remédios, Castelo, 3560-044 Ferreira de Aves, com o número único de registo e matrícula 506440087, representada neste ato por Senhor Graciano Monteiro de Sousa, titular do Cartão de Cidadão [REDACTED] válido até 27/07/2022, com domicílio [REDACTED]

[REDACTED] o qual outorga na qualidade de sócio gerente da referida firma. -----

---Verifiquei a identidade do representante do primeiro outorgante, a qualidade de que se arroga e os poderes que legitimam a sua intervenção neste ato por ser do conhecimento pessoal e a identidade do representante do segundo outorgante pela exibição do cartão de cidadão acima referido e os poderes e a qualidade de que se arroga foram por mim verificados através da consulta efetuada à certidão permanente do registo comercial, com o código de acesso: [REDACTED]

[REDACTED] subscrita em 05.01.2021 e válida até 05.01.2022, conforme documento que arquivo.-----

---Por despacho do Exmo. Vereador do Pelouro da Contratação, datado de 05 de novembro do ano dois mil e vinte, foi decidido a abertura do procedimento de Consulta Público, de acordo com

8/1
a alínea c) do número 1 do artigo 16.º, conjugado com a alínea b) do número 1 do artigo 20.º, artigo 114.º e seguintes, todos do Código dos Contratos Públicos, doravante CCP, aprovado pelo Decreto-Lei número 18/2008, de 29 de Janeiro. -----

ADP
--- Que por despacho do Exmo. Vereador do Pelouro da Contratação datado de 02 de dezembro de dois mil e vinte, foi adjudicado à **CONSTRUÇÕES GRACIANO & SOUSA, LDA**, aqui representada pelo segundo outorgante, a empreitada “**ESPAÇOS DE MEMÓRIA – CENTRO INTERPRETATIVO DE FERREIRA DE AVES E MUSEU ZOLÓGICO DE SÁTÃO**”. -----

---Os outorgantes declararam celebrar o presente contrato de empreitada de obras públicas o qual fica subordinado às cláusulas seguintes, que ambos os outorgantes mutua e reciprocamente, se obrigam a cumprir.-----

--- **CLÁUSULA PRIMEIRA (OBJETO)**-----

---O presente contrato tem por objeto a realização da empreitada de obras públicas, designada por “**Espaços de Memória – Centro Interpretativo de Ferreira de Aves e Museu Zoológico de Sátão**”, subdividida em dois Lotes: Lote 1 – Centro Interpretativo de Ferreira de Aves e Lote 2 – Museu Zoológico de Sátão.-----

---**CLÁUSULA SEGUNDA (DISPOSIÇÕES POR QUE SE REGE A EMPREITADA)**-----

--- 1 – A execução do Contrato obedece:-----

---a) Às cláusulas do Contrato e ao estabelecido em todos os elementos e documentos que dele fazem parte integrante; -----

---b) Ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro (Código dos Contratos Públicos, doravante “CCP”) e posteriores alterações e republicações; -----

---c) Ao Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de Outubro, e respetiva legislação complementar; -----

---d) À restante legislação e regulamentação aplicável, nomeadamente a que respeita à construção, à revisão de preços, às instalações do pessoal, à segurança social, à higiene, segurança, prevenção e medicina no trabalho e à responsabilidade civil perante terceiros; -----

---e) Às regras da arte. -----

---2-Para efeitos do disposto na alínea a) do número anterior, consideram-se integrados no contrato, sem prejuízo do disposto no n.º 4 do artigo 96.º do CCP:-----

---a) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que tais erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do disposto no artigo 61.º de CCP; -----

---b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos; -----

---c) O programa do procedimento e o caderno de encargos;-----

20	18
Livro	Folha

- d) O projeto de execução;-----
- e) A proposta do segundo outorgante; -----
- f) Os esclarecimentos sobre a proposta do segundo outorgante prestados por este;-----
- g) Todos os outros documentos que sejam referidos no clausulado contratual ou no caderno de encargos. -----

---CLAUSULA TERCEIRA (INTERPRETAÇÃO DOS DOCUMENTOS QUE REGEM A EMPREITADA)-----

- 1- No caso de existirem divergências entre os vários documentos referidos nas alíneas b) a h) do n.º 2 da cláusula anterior, prevalecem os documentos pela ordem em que são aí indicados. ----
- 2- Em caso de divergência entre o caderno de encargos e o projeto de execução, prevalece o primeiro quanto à definição das condições jurídicas e técnicas de execução da empreitada e o segundo em tudo o que respeita à definição da própria obra. -----
- 3- No caso de divergência entre as várias peças do projeto de execução: -----
- a) As peças desenhadas prevalecem sobre todas as outras quanto à localização, às características dimensionais da obra e à disposição relativa das suas diferentes partes; -----
- b) As folhas de medições discriminadas e referenciadas e os respetivos mapas resumo de quantidades de trabalhos prevalecem sobre quaisquer outras no que se refere à natureza e quantidade dos trabalhos, sem prejuízo do disposto nos artigos 50.º e 61.º do CCP e sem prejuízo da remissão direta que estes elementos fizerem para outras peças; -----
- c) Em tudo o mais prevalece o que constar da memória descritiva e das restantes peças do projeto de execução.-----

---CLÁUSULA QUARTA (ESCLARECIMENTOS DE DÚVIDAS)-----

- 1 - As dúvidas que o segundo outorgante tenha na interpretação dos documentos por que se rege a empreitada devem ser submetidas ao diretor de fiscalização da obra antes do início da execução dos trabalhos a que respeitam.-----
- 2 - No caso de as dúvidas ocorrerem somente após o início da execução dos trabalhos a que dizem respeito, deve o segundo outorgante submetê-las imediatamente ao diretor de fiscalização da obra, juntamente com os motivos justificativos da sua não apresentação antes do início daquela execução. -----
- 3 - O incumprimento do disposto no número anterior torna o segundo outorgante responsável por todas as consequências da errada interpretação que porventura haja feito, incluindo a demolição e reconstrução das partes da obra em que o erro se tenha refletido. -----

8/1
HDP
---CLÁUSULA QUINTA (PROJETO)-----

---1 – O projeto de execução a considerar para a realização da empreitada é o patenteado no procedimento.-----

---CLÁUSULA SEXTA (PREPARAÇÃO E PLANEAMENTO DA EXECUÇÃO DA OBRA)-----

--- 1 – O segundo outorgante é responsável: -----

---a) Perante o dono da obra pela preparação, planeamento e coordenação de todos os trabalhos da empreitada, ainda que em caso de subcontratação, bem como pela preparação, planeamento e execução dos trabalhos necessários à aplicação, em geral, das normas sobre segurança, higiene e saúde no trabalho vigentes e, em particular, das medidas consignadas no plano de segurança e saúde, e no plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição; -----

---b) Perante as entidades fiscalizadoras, pela preparação, planeamento e coordenação dos trabalhos necessários à aplicação das medidas sobre segurança, higiene e saúde no trabalho em vigor, bem como pela aplicação do documento indicado na alínea i) do n.º 4 da presente cláusula.-----

---2 – A disponibilização e o fornecimento de todos os meios necessários para a realização da obra e dos trabalhos preparatórios ou acessórios, incluindo os materiais e os meios humanos, técnicos e equipamentos, competem ao segundo outorgante. -----

---3 – O segundo outorgante realiza todos os trabalhos que, por natureza, por exigência legal ou segundo o uso corrente, sejam considerados como preparatórios ou acessórios à execução da obra, designadamente: -----

---a) Trabalhos de montagem, construção, manutenção, desmontagem e demolição do estaleiro; -

---b) Trabalhos necessários para garantir a segurança de todas as pessoas que trabalhem na obra ou que circulem no respetivo local, incluindo o pessoal dos subempreiteiros e terceiros em geral, para evitar danos nos prédios vizinhos e para satisfazer os regulamentos de segurança higiene e saúde no trabalho e de polícia das vias públicas; -----

---c) Trabalho de restabelecimento, por meio de obras provisórias, de todas as servidões e serventias que seja indispensável alterar ou destruir para a execução dos trabalhos e para evitar a estagnação de águas que os mesmos possam originar; -----

---d) Trabalhos de construção dos acessos ao estaleiro e das serventias internas deste. -----

---4 – A apresentação pelo segundo outorgante ao dono da obra de quaisquer dúvidas relativas aos materiais, aos métodos e às técnicas a utilizar na execução da empreitada;-----

---a) O esclarecimento dessas dúvidas pelo dono da obra; -----

20	19
Livro	Folha

---b)A apresentação pelo segundo outorgante de reclamações relativamente a erros e omissões do projeto que sejam detetadas nessa fase da obra, nos termos previstos no n.º 4 do artigo 378.º do CCP, sem prejuízo do direito de o empreiteiro apresentar reclamação relativamente aos erros e omissões que só lhe seja exigível detetar posteriormente, nos termos previstos neste preceito e no n.º 2 do artigo 61.º do CCP; -----

---c)A apreciação e decisão do dono da obra das reclamações a que se refere a alínea anterior;---

---d)O estudo e definição pelo segundo outorgante dos processos de construção a adotar na realização dos trabalhos; -----

---e)A elaboração e apresentação pelo segundo outorgante do plano de trabalhos ajustado, no caso previsto no n.º 3 no artigo 361.º do CCP; -----

---f)A aprovação pelo dono da obra dos documentos referidos nas alíneas f) e g); -----

---g) A elaboração pelo segundo outorgante de documento do qual conste o desenvolvimento prático do plano de segurança e saúde, devendo analisar, desenvolver e complementar as medidas aí previstas, em função do sistema utilizado para a execução da obra, em particular as tecnologias e a organização de trabalhos utilizados por aquele. -----

---CLAUSULA SÉTIMA (PLANO DE TRABALHOS AJUSTADO)-----

---1- No prazo de 15 dias a contar da data da celebração do Contrato, o primeiro outorgante pode apresentar ao segundo outorgante um plano final de consignação, que densifique e concretize o plano inicialmente apresentado para efeitos de elaboração da proposta. -----

---2- No prazo de 5 dias a contar da data da notificação do plano final de consignação, deve o segundo outorgante, quando tal se revele necessário, apresentar, nos termos e para os efeitos do artigo 361.º do CCP, o plano de trabalhos ajustado e o respetivo plano de pagamentos, observando na sua elaboração a metodologia fixada no caderno de encargos. -----

---3- O plano de trabalhos ajustado não pode implicar a alteração do preço contratual, nem a alteração do prazo de conclusão da obra nem ainda alterações aos prazos parciais definidos no plano de trabalhos constante do Contrato, para além do que seja estritamente necessário à adaptação do plano de trabalhos ao plano final de consignação. -----

---4- O Plano de trabalhos ajustado deve, nomeadamente: -----

---a) Definir com precisão os momentos de início e de conclusão da empreitada, bem como a sequência, o escalonamento no tempo, o intervalo e o ritmo de execução das diversas espécies

de trabalho, distinguindo as fases que por ventura se considerem vinculativas e a unidade de tempo que serve de base à programação; -----

---b) Indicar as quantidades e a qualificação profissional da mão-de-obra necessária, em cada unidade de tempo, à execução da empreitada; -----

---c) Indicar as quantidades e a natureza do equipamento necessário, em cada unidade de tempo, à execução da empreitada; -----

d) Especificar quaisquer outros recursos, exigidos ou não no presente caderno de encargos, que serão mobilizados para a realização da obra.

---5 – O plano de pagamentos deve conter a previsão, quantificada e escalonada no tempo, do valor dos trabalhos a realizar pelo segundo outorgante, na periodicidade definida para os pagamentos a efetuar pelo dono da obra, de acordo com o plano de trabalhos ajustado. -----

---CLAUSULA OITAVA (MODIFICAÇÃO DO PLANO DE TRABALHOS E DO PLANO DE PAGAMENTOS)-----

---1– O primeiro outorgante pode modificar em qualquer momento o plano de trabalhos em vigor por razões de interesse público. -----

---2- No caso previsto no número anterior, o segundo outorgante tem direito à reposição do equilíbrio financeiro do Contrato em função dos danos sofridos em consequência dessa modificação, mediante reclamação a apresentar no prazo de 30 dias a contar da data da notificação da mesma, que deve conter os elementos referidos no n.º 3 do artigo 354.º do CCP. --

---3- Em quaisquer situações em que se verifique a necessidade de o plano de trabalhos em vigor ser alterado, independentemente de tal se dever a facto imputável ao segundo outorgante, deve este apresentar ao primeiro outorgante um plano de trabalhos modificado. -----

---4- Sem prejuízo do número anterior, em caso de desvio do plano de trabalhos que, injustificadamente, ponha em risco o cumprimento do prazo de execução da obra ou dos respetivos prazos parcelares, o primeiro outorgante pode notificar o segundo outorgante para apresentar, no prazo de dez dias, um plano de trabalhos modificado, adotando as medidas de correção que sejam necessárias à recuperação do atraso verificado. -----

---5- Em quaisquer situações em que se verifique a necessidade de o plano de trabalhos em vigor ser alterado, independentemente de tal se dever a facto imputável ao segundo outorgante, deve este apresentar ao primeiro outorgante um plano de trabalhos modificado. -----

---6- Sem prejuízo do disposto no n.º 3 do artigo 373.º do CCP, o dono da obra pronuncia-se sobre as alterações propostas pelo empreiteiro ao abrigo dos nºs 3 e 4 da presente cláusula no prazo de dez dias, equivalendo a falta de pronúncia a aceitação do novo plano. -----

20	20
Livro	Folha

---7-Em qualquer dos casos previstos nos números anteriores, o plano de trabalhos modificado apresentado pelo segundo outorgante deve ser aceite pelo primeiro outorgante desde que dele não resulte prejuízo para a obra ou prorrogação dos prazos de execução.-----

---8-Sempre que o plano de trabalhos seja modificado, deve ser feito o consequente reajustamento do plano de pagamentos. -----

---CLÁUSULA NONA (PRAZO DA EXECUÇÃO DA OBRA)-----

---1- O segundo outorgante obriga-se a: -----

---a) O prazo de execução do contrato de empreitada é de 180 dias contados nos termos do disposto no nº1 do artigo 362º do CCP para qualquer dos lotes.-----

---c)Iniciar a execução da obra na data da conclusão da consignação total ou da primeira consignação parcial ou ainda da data em que o primeiro outorgante comunique ao segundo outorgante a aprovação do plano de segurança e saúde, caso esta última data seja posterior, sem prejuízo do plano de trabalhos aprovado; -----

---c)Cumprir todos os prazos parciais vinculativos de execução previstos no plano de trabalhos em vigor; -----

---d)Concluir a execução da obra e solicitar a realização de vistoria da obra para efeitos da sua receção provisória no prazo máximo de 65 dias a contar da data do fim de obra. -----

---2- No caso de se verificarem atrasos injustificados na execução de trabalhos em relação ao plano de trabalhos em vigor, imputáveis ao segundo outorgante, este é obrigado, a expensas suas, a tomar as medidas de reforço de meios de ação e de reorganização da obra necessárias à recuperação dos atrasos e ao cumprimento do prazo de execução. -----

---3-Quando o segundo outorgante, por sua iniciativa, proceda à execução de trabalhos fora das horas regulamentares ou por turnos, sem que tal se encontre previsto no caderno de encargos ou resulte de caso de força maior, pode o primeiro outorgante exigir-lhe o pagamento dos acréscimos de custos das horas suplementares de serviço a prestar pelos representantes da fiscalização. -----

---4- Em nenhum caso serão atribuídos prémios ao segundo outorgante. -----

---5-Se houver lugar à execução de trabalhos a mais cuja execução prejudique o normal desenvolvimento do plano de trabalhos e desde que o segundo outorgante o requeira, o prazo para a conclusão da obra será prorrogado nos seguintes termos: -----

---a) Sempre que se trate de trabalhos a mais da mesma espécie dos definidos no contrato, proporcionalmente ao que estiver estabelecido nos prazos parcelares de execução constantes do plano de trabalhos aprovado e atendendo ao seu enquadramento geral na empreitada; -----

---b) Quando os trabalhos forem de espécie diversa dos que constam no contrato, por acordo entre os outorgantes, considerando as particularidades técnicas da execução. -----

---6- Na falta de acordo quanto ao cálculo da prorrogação do prazo contratual previsto na cláusula anterior, proceder-se-á de acordo com o disposto no n.º 5 do artigo 373.º do CCP. -----

---7- Sempre que ocorra suspensão dos trabalhos não imputável ao segundo outorgante, considerar-se-ão automaticamente prorrogados, por período igual ao da suspensão, o prazo global de execução da obra e os prazos parciais que, previstos no plano de trabalhos em vigor, sejam afetados por essa suspensão. -----

---CLÁUSULA DÉCIMA (CUMPRIMENTO DO PLANO DE TRABALHOS)-----

---1- O segundo outorgante informa mensalmente o diretor de fiscalização da obra dos desvios que se verifiquem entre o desenvolvimento efetivo de cada uma das espécies de trabalhos e as previsões do plano em vigor. -----

---2- Quando os desvios assinalados pelo segundo outorgante, nos termos do número anterior, não coincidirem com os desvios reais, o diretor de fiscalização da obra notifica-o dos que considera existirem. -----

---3- No caso de o segundo outorgante retardar injustificadamente a execução dos trabalhos previstos no plano em vigor, de modo a pôr em risco a conclusão da obra dentro do prazo contratual, é aplicável o disposto no n.º 3 da cláusula 8.ª. -----

---CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA (MULTAS POR VIOLAÇÃO DOS PRAZOS CONTRATUAIS)-----

---1- Em caso de atraso no início ou na conclusão da execução da obra por facto imputável ao segundo outorgante, o dono da obra pode aplicar uma sanção contratual, por cada dia de atraso, em valor correspondente a 2 ‰ do preço contratual. -----

---2- No caso de incumprimento de prazos parciais de execução da obra por facto imputável ao segundo outorgante, é aplicável o disposto no n.º 1, sendo o montante da sanção contratual aí prevista reduzido a metade. -----

---3- O segundo outorgante tem direito ao reembolso das quantias pagas a título de sanção contratual por incumprimento dos prazos parciais de execução da obra quando recupere o atraso na execução dos trabalhos e a obra seja concluída dentro do prazo de execução do Contrato. -----

---CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA (ATOS E DIREITOS DE TERCEIROS)-----

20	21
Livro	Folha

---1-Sempre que o segundo outorgante sofra atrasos na execução da obra em virtude de qualquer facto imputável a terceiros, deve, no prazo de 10 dias a contar da data em que tome conhecimento da ocorrência, informar, por escrito, o diretor de fiscalização da obra, a fim de o dono da obra ficar habilitado a tomar as providências necessárias para diminuir ou recuperar tais atrasos. -----

---2-No caso de os trabalhos a executar pelo segundo outorgante serem suscetíveis de provocar prejuízos ou perturbações a um serviço de utilidade pública, aquele, se disso tiver ou dever ter conhecimento, comunica, antes do início dos trabalhos em causa, ou no decorrer destes, esse facto ao diretor de fiscalização da obra, para que este possa tomar as providências que julgue necessárias perante a entidade concessionária ou exploradora daquele serviço. -----

---CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA (CONDIÇÕES GERAIS DE EXECUÇÃO DOS TRABALHOS)-----

---1-A obra deve ser executada de acordo com as regras da arte e em perfeita conformidade com o projeto, com o caderno de encargos e com as demais condições técnicas contratualmente estipuladas. -----

---2-Relativamente às técnicas construtivas a adotar, o segundo outorgante fica obrigado a seguir, no que seja aplicável aos trabalhos a realizar, o conjunto de prescrições técnicas definidas nos termos da cláusula 2.ª. -----

---3-O segundo outorgante pode propor ao dono da obra a substituição dos métodos e técnicas de construção ou de materiais previstos no caderno de encargos e no projeto por outros que considere mais adequados, sem prejuízo da obtenção das características finais especificadas para a obra. -----

---CIÁUSULA DÉCIMA QUARTA (ESPECIFICAÇÕES DOS EQUIPAMENTOS, DOS MATERIAIS E ELEMENTOS DE CONSTRUÇÃO)-----

---1- Os equipamentos, materiais e elementos de construção a empregar na obra terão a qualidade, as dimensões, a forma e demais características definidas no respetivo projeto e nos restantes documentos contratuais, com as tolerâncias regulamentares ou admitidas nestes documentos. -----

---2-Sempre que o projeto e os restantes documentos contratuais não fixem as respetivas características, o segundo outorgante não poderá empregar materiais ou elementos de construção que não correspondam às características da obra ou sejam de qualidade inferior aos usualmente empregues em obras que se destinem a idêntica utilização. -----

3- No caso de dúvida quanto aos materiais e elementos de construção a empregar nos termos dos números anteriores, devem observa-se as normas portuguesas em vigor, desde que compatíveis com o direito comunitário, ou, na falta desta, as normas utilizadas na União Europeia. -----

4-Sem prejuízo do disposto nos artigos 61.º e 378.º do CCP quando aplicáveis, nos casos previstos nos n.ºs 2 e 3 desta cláusula, ou sempre que o segundo outorgante entenda que as características dos materiais e elementos de construção fixadas no projeto ou nos restantes documentos contratuais não são tecnicamente aconselháveis ou as mais convenientes, o empreiteiro comunicará o facto ao primeiro outorgante e apresentará uma proposta de alteração fundamentada e acompanhada com todos os elementos técnicos necessários para a aplicação dos novos materiais e elementos de construção e para a execução dos trabalhos correspondentes, bem como da alteração de preços a que a aplicação daqueles materiais e elementos de construção possa dar lugar. -----

5-A proposta prevista no número anterior deverá ser apresentada, de preferência, no período de preparação e planeamento da empreitada e sempre de modo a que as diligências de aprovação não comprometam o cumprimento do plano de trabalhos. -----

6- Se o primeiro outorgante, no prazo de 15 dias, não se pronunciar sobre a proposta e não determinar a suspensão dos respetivos trabalhos, o segundo outorgante utilizará os materiais e elementos de construção previstos no projeto e nos restantes documentos contratuais. -----

7-O regime de responsabilidade pelo aumento de encargos resultante de alteração das características técnicas dos materiais e elementos de construção, ou o regime aplicável à sua eventual diminuição, é o regime definido no CCP para os «trabalhos a mais e a menos» ou para a «responsabilidade por erros e omissões», consoante a referida alteração configure «trabalhos a mais ou a menos» ou «trabalhos de suprimento de erros e omissões». -----

---CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA (MATERIAIS E ELEMENTOS DE CONSTRUÇÃO PERTENCENTES AO PRIMEIRO OUTORGANTE)--------

1-Se o primeiro outorgante, mediante prévia consulta ao autor do projeto, entender conveniente empregar na mesma materiais ou elementos de construção que lhe pertençam ou provenientes de outras obras ou demolições, o segundo outorgante será obrigado a fazê-lo, descontando-se, se for caso disso, no preço da empreitada o respetivo custo ou retificando-se o preço dos trabalhos em que aqueles forem aplicados. -----

20	22
Livro	Folha

---2-O disposto no número anterior não será aplicável se o segundo outorgante não demonstrar já haver adquirido os materiais necessários para a execução dos trabalhos ou na medida em que o tiver feito. -----

---CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA (APROVAÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MATERIAIS E ELEMENTOS DE CONSTRUÇÃO)-----

---1-Sempre que deva ser verificada a conformidade das características dos equipamentos, materiais e elementos de construção a aplicar com as estabelecidas no projeto e nos restantes documentos contratuais, o segundo outorgante submetê-los-á à aprovação do primeiro outorgante. -----

---2-Em qualquer momento poderá o segundo outorgante solicitar a referida aprovação, considerando-se a mesma concedida se o primeiro outorgante não se pronunciar nos 15 dias subsequentes, exceto no caso de serem exigidos ensaios que impliquem o alargamento deste prazo, devendo no entanto, tal facto ser comunicado, no mesmo período de tempo, pelo primeiro ao segundo outorgante. -----

---3-O segundo outorgante é obrigado a fornecer ao primeiro outorgante as amostras de materiais e elementos de construção que este lhe solicitar. -----

---4-A colheita e remessa das amostras deverão ser feitas de acordo com as normas oficiais em vigor ou outras que sejam contratualmente impostas. -----

5-Salvo disposições em contrário, os encargos com a realização dos ensaios correrão por conta do primeiro outorgante. -----

---CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA (RECLAMAÇÃO CONTRA A NÃO APROVAÇÃO DE MATERIAIS E ELEMENTOS DE CONSTRUÇÃO)-----

---1-Se for negada a provação dos materiais e elementos de construção e o segundo outorgante entender que a mesma devia ter sido concedida pelo facto de estes satisfazerem as condições contratualmente estabelecidas, este poderá pedir a imediata colheita de amostras e apresentar ao primeiro outorgante reclamação fundamentada no prazo de 10 dias. -----

---2-A reclamação considera-se deferida se o primeiro outorgante a não notificar o segundo outorgante da respetiva decisão nos 15 dias subsequentes à sua apresentação, exceto no caso de serem exigidos novos ensaios que impliquem o alargamento deste prazo, devendo tal facto ser comunicado, no mesmo prazo, pelo primeiro ao segundo outorgante. -----

9/11
H2-
---3-Os encargos com os novos ensaios a que a reclamação do segundo outorgante dê origem serão suportados pela parte decair. -----

---CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA (EFEITOS DA APROVAÇÃO DOS MATERIAIS E ELEMENTOS DE CONSTRUÇÃO)-----

---1-Uma vez aprovados os materiais e elementos de construção para obra, não podem os mesmos ser posteriormente rejeitados, salvo se ocorrerem circunstâncias que modifiquem a sua qualidade. -----

---2- No ato de aprovação dos materiais e elementos de construção poderá o segundo outorgante exigir que se colham amostras de qualquer deles. -----

---3-Se a modificação da qualidade dos materiais e elementos de construção resultar de causa imputável ao segundo outorgante, este deverá substituí-los à sua custa. -----

---CLÁUSULA DÉCIMA NONA (APLICAÇÃO DOS MATERIAIS E ELEMENTOS DE CONSTRUÇÃO)-----

---Os materiais e elementos de construção devem ser aplicados pelo segundo outorgante em absoluta conformidade com as especificações técnicas contratualmente estabelecidas, seguindo-se, na falta de tais especificações, as normas oficiais em vigor ou, se estas não existirem, os processos propostos pelo segundo outorgante e aprovados pelo primeiro outorgante. -----

---CLÁUSULA VIGÉSIMA (SUBSTITUIÇÃO DE MATERIAIS E ELEMENTOS DE CONSTRUÇÃO)-----

--- 1 – Serão rejeitados, removidos para fora do local dos trabalhos e substituídos por outros com os necessários requisitos os materiais e elementos de construção que: -----

---a) Sejam diferentes dos aprovados; -----

---b) Não sejam aplicados em conformidade com as especificações técnicas contratualmente exigidas ou, na falta destas, com as normas ou processos a observar e que não possam ser utilizados de novo. -----

---2-As demolições e a remoção e substituição dos materiais e elementos de construção serão da responsabilidade do segundo outorgante. -----

---3- Se o segundo outorgante entender que não se verificam as hipóteses previstas no n.º 1 desta cláusula, poderá pedir a colheita de amostras e reclamar.-----

---CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA (DEPOSITO DE MATERIAIS E ELEMENTOS DE CONSTRUÇÃO NÃO DESTINADOS À OBRA)-----

---O segundo outorgante não poderá depositar nos estaleiros, sem autorização do primeiro outorgante, materiais e elementos de construção que não se destinem à execução dos trabalhos da empreitada. -----

20	23
Livro	Folha

---CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA (ERROS OU OMISSÕES DO PROJETO E DE OUTROS DOCUMENTOS)---

---1-O segundo outorgante deve comunicar ao diretor de fiscalização da obra quaisquer erros ou emissões dos elementos da solução da obra por que se rege a execução dos trabalhos, bem como das ordens, avisos e notificações recebidas. -----

---2-O segundo outorgante tem a obrigação de executar todos os trabalhos de suprimento de erros e omissões que lhe sejam ordenados pelo primeiro, o qual deve entregar ao segundo outorgante todos os elementos necessários para esse efeito, salvo, quanto a este último aspeto, quando o segundo outorgante tenha a obrigação pré-contratual ou contratual de elaborar o projeto de execução. -----

---3-Só pode ser ordenada a execução de trabalhos de suprimento de erros e omissões quando o somatório do preço atribuído a tais trabalhos com o preço de anteriores trabalhos da mesma natureza não exceder 5% do preço contratual. -----

---4-O primeiro outorgante é responsável pelos trabalhos de suprimento dos erros e omissões resultantes dos elementos que tenham sido por si elaborados ou disponibilizados ao empreiteiro.

5-O segundo outorgante é responsável pelos trabalhos de suprimento de erros ou omissões cuja deteção era exigível na fase de formação do contrato nos termos do disposto no nº 2 do artigo 61.º do CCP, exceto pelos que hajam sido identificados pelos interessados na fase de formação do contrato mas que não tenham sido expressamente aceites pelo primeiro outorgante. -----

---6-O segundo outorgante é ainda responsável pelos trabalhos de suprimento erros e omissões que, não sendo exigível a sua deteção na fase de formação do contrato, também não tenham sido por ele identificados no prazo de 30 dias a contar da data em que lhe fosse exigível a sua deteção. -----

---CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA (ALTERAÇÕES AO PROJETO PROPOSTAS PELO SEGUNDO OUTORGANTE)---

---1-Sempre que propuser qualquer alteração ao projeto, o segundo outorgante deve apresentar todos os elementos necessários à sua perfeita apreciação. -----

---2-Os elementos referidos no número anterior devem incluir, nomeadamente, a memória ou nota descritiva e explicativa de solução seguida, com indicação das eventuais implicações nos prazos e custos e, se for caso disso, peças desenhadas e cálculos justificativos e especificações de qualidade da mesma. -----

Handwritten signatures and initials are present in the right margin, including a signature at the top and the initials "H20P" further down.

8/1
H20-1
---3- Não podem ser executados quaisquer trabalhos nos termos das alterações ao projeto propostas pelo segundo outorgante sem que estas tenham sido expressamente aceites pelo primeiro outorgante e apreciadas pelo autor do projeto de execução no âmbito da assistência técnica que a este compete. -----

---CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA (MENÇÕES OBRIGATÓRIAS NO LOCAL DOS TRABALHOS)-----

---1-Sem prejuízo do cumprimento das obrigações decorrentes da legislação em vigor, o segundo outorgante deve afixar no local dos trabalhos, de forma visível, a identificação da obra, do dono da obra e do empreiteiro, com menção do respetivo alvará ou número de título de registo ou dos documentos a que se refere a alínea a) do n.º 5 do artigo 81.º do CCP, e manter cópia dos alvarás ou títulos de registo dos subcontratados ou dos documentos previstos na referida alínea, consoante os casos. -----

---2-O segundo outorgante deve ter patente no local da obra, em bom estado de conservação, o livro de registo da obra e um exemplar do projeto, do caderno de encargos e dos demais documentos a respeitar na execução da empreitada, com as alterações que neles hajam sido introduzidas. -----

---3-O segundo outorgante obriga-se também a ter patente no local da obra o horário de trabalho em vigor, bem como a manter, à disposição de todos os interessados, o texto dos contratos coletivos de trabalho aplicáveis. -----

---4-Nos estaleiros de apoio da obra devem igualmente estar patentes os elementos do projeto respeitantes aos trabalhos aí em curso.-----

---CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA (ENSAIOS)-----

---1-Os ensaios a realizar na obra ou em partes da obra para verificação das suas características e comportamentos são os especificados no presente caderno de encargos e os previstos regulamentos em vigor e constituem encargo do segundo outorgante. -----

---2-Quando o primeiro outorgante tiver dúvidas sobre a qualidade dos trabalhos, pode exigir a realização de quaisquer outros ensaios que se justifiquem, para além dos previstos. -----

---3-No caso de os resultados dos ensaios referidos no número anterior se mostrarem insatisfatórios e as deficiências encontradas forem da responsabilidade do segundo outorgante, as despesas com os mesmos ensaios e com a reparação daquelas deficiências ficarão a seu cargo, sendo, no caso contrário, de conta do primeiro outorgante. -----

---CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA (MEDIÇÕES)-----

20	24
Livro	Folha

---1-As medições de todos os trabalhos executados, incluindo os trabalhos não previstos no projeto e os trabalhos não devidamente ordenados pelo primeiro outorgante são feitas no local da obra com a colaboração do segundo outorgante e são formalizados em auto. -----

---2-As medições são efetuadas mensalmente, devendo estar concluídas até ao oitavo dia do mês imediatamente seguinte àquele a que respeitam. -----

---3- Os métodos e os critérios a adotar para a realização das medições respeitam a seguinte ordem de prioridades: -----

---a)As normas oficiais de medição que porventura se encontrem em vigor; -----

---b)As normas definidas no projeto de execução; -----

---c)As normas definidas pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil; -----

---d)Os critérios geralmente utilizados ou, na falta deles, os que forem acordados entre o primeiro outorgante e o segundo outorgante. -----

---CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA (PATENTES, LICENÇAS, MARCAS DE FABRICO OU DE COMERCIO E DESENHOS REGISTRADOS)-----

---1-Correm inteiramente por conta do segundo outorgante os encargos e as responsabilidades decorrentes da utilização na execução da empreitada de materiais, de elementos de construção ou de processos de construção a que respeitam quaisquer patentes, licenças, marcas, desenhos registados e outros direitos de propriedade industrial. -----

---2-No caso de o primeiro outorgante ser demandado por infração na execução dos trabalhos de qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o empreiteiro indemniza-o por todas as despesas que, em consequência, deva suportar e por todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for. -----

---CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA (EXECUÇÃO SIMULTÂNEA DE OUTROS TRABALHOS NO LOCAL DA OBRA)-----

---1-O primeiro outorgante reserva-se o direito de executar ele próprio ou de mandar executar por outrem, conjuntamente com os da presente empreitada e na mesma obra, quaisquer trabalhos não incluídos no Contrato, ainda que sejam de natureza idêntica à dos contratados. ----

---2- Os trabalhos referidos no número anterior são executados em colaboração com o diretor de fiscalização da obra, de modo a evitar atrasos na execução do Contrato ou outros prejuízos.-----

---3- Quando o segundo outorgante considere que a normal execução da empreitada está a ser impedida ou a sofrer atrasos em virtude da realização simultânea dos trabalhos previstos no n.º

Handwritten signatures and initials in the right margin.

1, deve apresentar a sua reclamação no prazo de dez dias a contar da data da ocorrência, a fim de serem adotadas as providências adequadas à diminuição ou eliminação dos prejuízos resultantes da realização daqueles trabalhos. -----

---3- No caso de verificação de atrasos na execução da obra ou outros prejuízos resultantes da realização dos trabalhos previstos no n.º 1, o empreiteiro tem direito à reposição do equilíbrio financeiro do Contrato, de acordo com os artigos 282.º e 354.º do CCP, a efetuar nos seguintes termos: -----

---a) Prorrogação do prazo do Contrato por período correspondente ao do atraso eventualmente verificado na realização da obra, e; -----

---b) Indemnização pelo agravamento dos encargos previstos com a execução do Contrato que demonstre ter sofrido. -----

---CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA (CAUÇÃO E OUTROS ENCARGOS DO SEGUNDO OUTORGANTE)---

---1- Correm inteiramente por conta do segundo outorgante a reparação e a indemnização de todos os prejuízos que, por motivos que lhe sejam imputáveis, sejam sofridos por terceiros até à receção definitiva dos trabalhos em consequência do modo de execução destes últimos, da atuação do pessoal do empreiteiro ou dos seus subempreiteiros e fornecedores e do deficiente comportamento ou da falta de segurança das obras, materiais, elementos de construção e equipamentos; -----

---2- Constituem ainda encargos do segundo outorgante a celebração dos contratos de seguros indicados no caderno de encargos. -----

---3- Ao segundo outorgante será exigida a prestação de uma caução, quando necessária pela lei, no valor de 5% do preço contratual, destinada a garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que assume com a celebração. -----

---3- A caução é prestada por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, ou mediante garantia bancária ou seguro caução. -----

---4- O depósito em dinheiro ou títulos é efetuado em Portugal, em qualquer instituição de crédito, à ordem do primeiro outorgante, devendo especificar o fim a que se destina. -----

---5- O segundo outorgante deve prestar a caução no prazo de 10 dias a contar da notificação de adjudicação. -----

---7- O primeiro outorgante pode considerar perdida a seu favor a caução prestada, independente de decisão judicial, no caso de não cumprimento das obrigações legais, contratuais ou pré-contratuais pelo adjudicatário. -----

20	25
Livro	Folha

---8- Não é exigível a prestação de caução quando o preço contratual for inferior a 200.000 €. ----

---9- Para a situação prevista no n.º 9, a Câmara Municipal de Sátão, procederá à retenção de 10% do valor dos pagamentos a efetuar nos termos previstos no n.º 3 do Artigo 88.º do CCP. ----

--- **CLÁUSULA TRIGÉSIMA (OBRIGAÇÕES GERAIS)**-----

---1-São da exclusiva responsabilidade do empreiteiro as obrigações relativas ao pessoal empregado na execução da empreitada, à sua aptidão profissional e à sua disciplina. -----

---2-O empreiteiro deve manter a boa ordem no local dos trabalhos, devendo retirar do local dos trabalhos, por sua iniciativa ou imediatamente após ordem do dono da obra, o pessoal haja tido comportamento perturbador dos trabalhos, designadamente por menor probidade no desempenho dos respetivos deveres, por indisciplina ou por desrespeito de representantes ou agentes do dono da obra, do empreiteiro, dos subempreiteiros ou de terceiros. -----

---3-A ordem referida no número anterior deve ser fundamentada por escrito quando o empreiteiro o exija, mas sem prejuízo da imediata suspensão do pessoal. -----

---4-As quantidades e a qualificação profissional da mão-de-obra aplicada na empreitada devem estar de acordo com as necessidades dos trabalhos, tendo em conta o respetivo plano. -----

--- **CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA (HORÁRIO DE TRABALHO)**-----

--- O segundo outorgante pode realizar trabalhos fora do horário de trabalho, ou por turnos, desde que, para o efeito, obtenha autorização da entidade competente, se necessária, nos termos da legislação aplicável, e dê a conhecer, por escrito, com antecedência suficiente, o respetivo programa ao diretor de fiscalização da obra. -----

--- **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA (SEGURANÇA, HIGIENE E SAÚDE NO TRABALHO)**-----

---1-O segundo outorgante fica sujeito ao cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor sobre segurança, higiene e saúde no trabalho relativamente a todo o pessoal empregado na obra, correndo por sua conta os encargos que resultem do cumprimento de tais obrigações.-----

---2-O segundo outorgante é ainda obrigado a acautelar, em conformidade com as disposições legais e regulamentares aplicáveis, a vida e a segurança do pessoal empregado na obra e a prestar-lhe a assistência médica de que careça por motivo de acidente no trabalho. -----

---3-No caso de negligência do empreiteiro no cumprimento das obrigações estabelecidas nos números anteriores, o diretor de fiscalização da obra pode tomar, à custa dele, as providências

que se revelem necessárias, sem que tal facto diminua as responsabilidades do segundo outorgante. -----

---4-Antes do início dos trabalhos e, posteriormente, sempre que o diretor de fiscalização da obra o exija, o segundo outorgante apresenta apólices de seguro contra acidentes de trabalho relativamente a todo o pessoal empregado na obra, nos termos previstos no n.º 1 da cláusula 40.ª. -----

---5-O segundo outorgante responde, a qualquer momento, perante o diretor de fiscalização da obra, pela observância das obrigações previstas nos números anteriores, relativamente a todo o pessoal empregado na obra e às pessoas intervenientes temporária ou permanentemente no estaleiro da obra, incluindo fornecedores e visitantes autorizados.-----

---CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA (PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO)-----

---1-Pela execução da empreitada e pelo cumprimento das demais obrigações decorrentes do Contrato, deve o primeiro outorgante pagar ao segundo outorgante a quantia total de 192.019,28€ (Cento e noventa e dois mil e dezanove euros e vinte e oito cêntimos), divididos por Lote 1 – 113.170,08 € (cento e treze mil cento e setenta euros e oito cêntimos) e Lote2 – 78.849,20 € (setenta e oito mil oitocentos e quarenta e nove euros e vinte cêntimos), acrescida de IVA à taxa legal em vigor. -----

---2- Os pagamentos a efetuar pelo primeiro outorgante têm uma periodicidade mensal, sendo o seu montante determinado por medições mensais a realizar de acordo com o disposto na cláusula 26.ª. -----

---3- Os pagamentos são efetuados no prazo máximo de 30 dias após apresentação da respetiva fatura. -----

---4-As faturas e os respetivos autos de medição são elaborados de acordo com o modelo e respetivas instruções fornecidos pelo diretor de fiscalização da obra. -----

---5-Cada auto de medição deve referir todos os trabalhos constantes do plano de trabalhos que tenham sido concluídos durante o mês, sendo a sua aprovação pelo diretor de fiscalização da obra condicionada à realização completa daqueles. -----

---6-No caso de falta de aprovação de alguma fatura em virtude de divergências entre o diretor de fiscalização da obra e o segundo outorgante quanto ao seu conteúdo, deve aquele devolver a respetiva fatura a este, para que este elabore uma fatura com os valores aceites pelo diretor de fiscalização da obra e uma outra com os valores por este não aprovados. -----

---7-O disposto no número anterior não prejudica o prazo de pagamento estabelecido no n.º 3 no que respeita à primeira fatura emitida, que se aplica quer para os valores desde logo aceites pelo

20	26
Livro	Folha

diretor de fiscalização da obra, quer para os valores que vierem a ser aceites em momento posterior, mas que constavam da primeira fatura emitida. -----

---8-O pagamento dos trabalhos a mais e dos trabalhos de suprimento de erros e omissões é feito nos termos dos previstos nos números anteriores, mas com base nos preços que lhe forem, em cada caso, especificamente aplicáveis, nos termos do artigo 373.º do CCP. -----

---**CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA(ADIANTAMENTOS AO EMPREITEIRO)**-----

---1-O segundo outorgante pode solicitar, através de pedido fundamentado ao primeiro outorgante, um adiantamento da parte do custo da obra necessária à aquisição de materiais ou equipamentos cuja utilização haja sido prevista no plano de trabalhos. -----

---2-Sem prejuízo do disposto nos artigos 292.º e 293.º do CCP, o adiantamento referido no número anterior só pode ser pago depois de o empreiteiro ter comprovado a prestação de uma caução no valor do adiantamento, através de títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, garantia bancária ou seguro-caução. -----

---3-Todas as despesas decorrentes da prestação da caução prevista no número anterior correm por conta do segundo outorgante. -----

---4-A caução para garantia de adiantamentos de preço é progressivamente liberada à medida que forem executados os trabalhos correspondentes ao pagamento adiantado que tenha sido efetuado pelo primeiro outorgante nos termos do n.º 2 do artigo 295.º do CCP. -----

---5- Decorrido o prazo da execução dos trabalhos abrangidos pelo adiantamento sem que tenha ocorrido a liberação da correspondente caução, o segundo outorgante pode notificar o dono da obra para que este cumpra a obrigação de liberação da caução, ficando autorizado a promovê-la, a título parcial ou integral, se, 15 dias após a notificação, o primeiro outorgante não tiver dado cumprimento à referida obrigação, nos termos do n.º 9 do artigo 295.º do CCP. -----

---**CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA (REEMBOLSO DOS ADIANTAMENTOS)**-----

---Os adiantamentos concedidos nos termos da cláusula anterior devem ser gradualmente reembolsados, mediante dedução nos respetivos pagamentos contratuais, sendo as quantias a deduzir calculadas com base nas seguintes fórmulas: -----

---a)Sempre que o valor acumulado dos trabalhos contratuais executados seja inferior ao valor acumulado dos trabalhos contratuais que deveriam ter sido executados, segundo o previsto no plano de pagamentos em vigor: -----

$$V_a$$

$$V_{ri} = x V_{pt} - V_{rt}$$

$$V_t$$

81
H28
---Sempre que o valor acumulado dos trabalhos contratuais executados seja igual ou superior ao valor acumulado dos trabalhos contratuais que deveriam ter sido executados, segundo o previsto no plano de pagamentos em vigor. -----

$$V_{ri} = \frac{V_a}{V_t} \times V'_{pt} - V_{rt}$$

Vt Em que:

Vri é o valor de cada reembolso a deduzir na situação de trabalhos contratuais;

Va é o valor do adiantamento;

Vt é o valor dos trabalhos contratuais por realizar à data de pagamento do adiantamento;

Vpt é o valor acumulado dos trabalhos contratuais que deveriam ter sido executados, até ao mês em que se processa o reembolso, segundo o previsto no plano de pagamentos em vigor;

V'pt é o valor acumulado dos trabalhos contratuais executados até ao mês em que se processa o reembolso;

Vrt é o valor acumulado dos reembolsos já deduzidos até ao mês em que se processa o reembolso.

---CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA (DESCONTOS NOS PAGAMENTOS)-----

---1-Para reforço da caução prestada, ou não, e com vista a garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações contratuais, às importâncias que o segundo outorgante tiver a receber em cada um dos pagamentos parciais previstos é deduzido o montante correspondente a 5 % desse pagamento respetivamente. -----

---2-O desconto para garantia pode, a todo o tempo, ser substituído por depósito de títulos, garantia bancária ou seguro-caução, nos termos previstos no programa do procedimento para a caução referida no número anterior. -----

---CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA (MORA NO PAGAMENTO)-----

---Em caso de atraso do primeiro outorgante no cumprimento das obrigações de pagamento do preço contratual, tem o segundo outorgante direito aos juros de mora sobre o montante em dívida à taxa legalmente fixada para o efeito pelo período correspondente à mora.-----

---CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA (REVISÃO DE PREÇOS)-----

20	27
Livro	Folha

---1-A revisão dos preços contratuais, como consequência de alteração dos custos de mão-de-obra, de materiais ou equipamentos de apoio durante a execução da empreitada, é efectuada nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de Janeiro, na modalidade de fórmula.---

---2- É aplicável à revisão de preços a fórmula tipo estabelecida para obras da mesma natureza constante de lei. -----

---3-Os diferenciais de preços, para mais ou para menos, que resultem da revisão de preços da empreitada são incluídos nas situações de trabalhos.-----

---CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA (CONTRATO DE SEGURO)-----

---1-O segundo outorgante obriga-se a celebrar um contrato de seguro de acidentes de trabalho, cuja apólice deve abranger todo o pessoal por si contratado, a qualquer título, bem como a apresentar comprovativo que o pessoal contratado pelos subempreiteiros possui seguro obrigatório de acidentes de trabalho de acordo com a legislação em vigor em Portugal. -----

---2-O segundo outorgante e os seus subcontratados obrigam-se a subscrever e a manter em vigor, durante o período de execução do Contrato, as apólices de seguro previstas no Caderno de Encargos e na legislação aplicável, devendo exibir cópia das mesmas, bem como do recibo de pagamento do respetivo prémio, na data da consignação. -----

---3- O segundo outorgante é responsável pela satisfação das obrigações previstas na presente secção, devendo zelar pelo controlo efetivo da existência das apólices de seguro dos seus subcontratados. -----

---4-O primeiro outorgante pode exigir, em qualquer momento, cópias das apólices e dos recibos de pagamento dos prémios dos seguros dos seguros previstos na presente secção ou na legislação aplicável, não sendo admitida a entrada no estaleiro de quaisquer equipamentos sem a exibição destes documentos. -----

---5-Todas as apólices de seguro e respetivas franquias previstas na presente secção e restante legislação aplicável, constituem encargo único exclusivo do segundo e dos seus subcontratados, devendo os contratos de seguro ser celebrados com entidade seguradora legalmente autorizada.-

---6-Os seguros previstos no presente caderno de encargos em nada diminuem ou restringem as obrigações e responsabilidades legais ou contratuais do empreiteiro.-----

---7-Em caso de incumprimento por parte do empreiteiro das obrigações de pagamento dos prémios referentes aos seguros mencionados, o dono da obra reserva-se o direito de se substituir àquele, ressarcindo-se de todos os encargos envolvidos e/ou que tenha suportado.-----

Handwritten signatures and initials in the right margin.

8/11
9/11
Adaf
---8-O segundo outorgante obriga-se a manter as apólices de seguro válidas até à data da receção provisória da obra ou, no caso do seguro relativo aos equipamentos e máquinas auxiliares que em cada momento estejam afetos à obra ou ao estaleiro, até à data em que deixem de o estar.-----

---CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA (OBJETO DOS CONTRATOS DE SEGURO)-----

---1-O segundo outorgante obriga-se a celebrar um contrato de seguro de acidentes de trabalho, cuja apólice deve abranger todo o pessoal por si contratado, a qualquer título, bem como a apresentar comprovativo de que o pessoal contratado pelos subempreiteiros se encontra igualmente abrangido por seguro de acidentes de trabalho de acordo com a legislação em vigor em Portugal. -----

---2-O segundo outorgante obriga-se a celebrar um contrato de seguro de responsabilidade civil automóvel cuja apólice deve abranger toda a frota de veículos de locomoção própria afetos à obra, que circulem na via pública ou no local da obra, independentemente de serem veículos de passageiros ou de carga, máquinas ou equipamentos industriais, de acordo com as normas legais sobre a responsabilidade civil automóvel (riscos de circulação), bem como a apresentar comprovativo de que os veículos afetos à obra pelos subempreiteiros se encontram igualmente segurados. -----

---3-O segundo outorgante obriga-se, ainda, a celebrar um contrato de seguro destinado a cobrir os danos próprios do equipamento, máquinas auxiliares e estaleiro, cuja apólice deve cobrir todos os meios auxiliares que vier a utilizar na obra, incluindo bens imóveis, armazéns, abarracamentos, refeitórios, camaratas, oficinas e máquinas e equipamento fixos ou móveis. -----

---4-No caso de bens imóveis referidos no número anterior, a apólice deve cobrir, no mínimo, os riscos de incêndio, raio, explosão e riscos catastróficos, devendo o capital seguro corresponder ao respetivo valor patrimonial. -----

---5-O capital a garantir no que se refere ao seguro de responsabilidade civil automóvel previsto no n.º 2 desta cláusula deverá respeitar os limites mínimos legalmente obrigatórios. -----

---CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA (REPRESENTAÇÃO DO SEGUNDO OUTORGANTE)-----

---1-Durante a execução do Contrato, o segundo outorgante é representado por um diretor de obra, salvo nas matérias em que, em virtude da lei ou de estipulação diversa no caderno de encargos ou no Contrato, se estabeleça diferente mecanismo de representação. -----

---2-O segundo outorgante obriga-se, sob reserva de aceitação pelo dono da obra, a confiar a sua representação a um técnico com a seguinte qualificação mínima engenheiro/a técnico civil. -----

20	28
Livro	Folha

Handwritten signatures and initials in the right margin.

---3- Após assinatura do Contrato e antes da consignação, o segundo outorgante confirmará, por escrito, o nome do diretor de obra, indicando a sua qualificação técnica e ainda se o mesmo pertence ou não ao seu quadro técnico, devendo esta informação ser acompanhada por uma declaração subscrita pelo técnico designado, com assinatura reconhecida, assumindo a responsabilidade pela direção técnica da obra e comprometendo-se a desempenhar essa função com proficiência e assiduidade. -----

---4-As ordens, os avisos e as notificações que se relacionam com os aspetos técnicos da execução da empreitada são dirigidos diretamente ao diretor de obra. -----

---5- O diretor de obra acompanha assiduamente os trabalhos e está presente no local da obra sempre que para tal seja convocado. -----

---6-O primeiro outorgante poderá impor a substituição do diretor de obra, devendo a ordem respetiva ser fundamentada por escrito, com base em razões objetivas e ou inerentes à atuação profissional do diretor de obra. -----

---7-Na ausência ou impedimento do diretor de obra, o segundo outorgante é representado por quem aquele indicar para esse efeito, devendo estar habilitado com os poderes necessários para responder, perante o diretor de fiscalização da obra, pela marcha dos trabalhos. -----

---8-O segundo outorgante deve designar um responsável pelo cumprimento da legislação aplicável em matéria de segurança, higiene e saúde no trabalho e, em particular, pela correta aplicação do documento referido na alínea i) do n.º 4 da Cláusula 6.ª. -----

---9-O segundo outorgante deve designar um responsável pelo cumprimento da legislação aplicável em matéria de aplicação do plano de gestão de resíduos da construção e demolição.-----

---CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA(REPRESENTAÇÃO DO PRIMEIRO OUTORGANTE)-----

---1-Durante a execução o primeiro outorgante é representado por um diretor de fiscalização da obra, salvo nas matérias em que, em virtude da lei ou de estipulação distinta no caderno de encargos ou no Contrato, se estabeleça diferente mecanismo de representação.-----

---2-O primeiro outorgante notifica o segundo outorgante da identidade do diretor de fiscalização da obra que designe para a fiscalização local dos trabalhos até à data da consignação ou da primeira consignação parcial. -----

---3-O diretor de fiscalização da obra tem poderes de representação do primeiro outorgante em todas as matérias relevantes para a execução dos trabalhos, nomeadamente para resolver todas

as questões que lhe sejam postas pelo segundo outorgante nesse âmbito, excetuando as matérias de modificação, resolução da revogação do Contrato. -----

---CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA (LIVRO DE REGISTO DA OBRA)-----

---1-O segundo outorgante organiza um registo da obra, em livro adequado, com as folhas numeradas e rubricadas por si e pelo diretor de fiscalização da obra, contendo uma informação sistemática e de fácil consulta dos acontecimentos mais importantes relacionados com a execução dos trabalhos. -----

---2- Os factos a consignar obrigatoriamente no registo da obra são, os referidos no n.º 3 do artigo 304.º e no n.º 3 do artigo 305.º do CCP. -----

---3- O livro de registo ficará patente no local da obra, ao cuidado do diretor da obra, que o deverá apresentar sempre que solicitado pelo diretor de fiscalização da obra ou por entidades oficiais com jurisdição sobre os trabalhos.-----

---CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA (RECEÇÃO PROVISÓRIA)-----

---1-A receção provisória da obra depende da realização de vistoria, que deve ser efetuada logo que a obra esteja concluída no todo ou em parte, mediante solicitação do segundo outorgante ou por iniciativa do primeiro outorgante, tendo em conta o termo final do prazo total ou dos prazos parciais de execução da obra. -----

---2- No caso de serem identificados defeitos da obra que impeçam a sua receção provisória, esta é efetuada relativamente a toda a extensão da obra que não seja objeto de deficiência.-----

---3- O procedimento de receção provisória obedece ao disposto nos artigos 394.º a 396.º do CCP

---CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA (PRAZO DE GARANTIA)-----

---1- O prazo de garantia varia de acordo com os seguintes tipos de defeitos: -----

---a) Anos para os defeitos que incidam sobre elementos construtivos estruturais; -----

---b) 5 Anos para os defeitos que incidam sobre elementos construtivos não estruturais ou instalações técnicas; -----

---c) 2 Anos para os defeitos que incidam sobre equipamentos afetos à obra, mas dela autonomizável.-----

---2- Caso tenham ocorrido receções provisórias parcelares, o prazo de garantia fixado nos termos do número anterior é igualmente aplicável a cada uma das partes da obra que tenham sido recebidas pelo dono da obra, desde que suscetível de uso independente e autonomizável.--

---3- Excetuam-se do disposto no n.º 1 as substituições e os trabalhos de conservação que derivem do uso normal da obra ou de desgaste e depreciação normais consequentes da sua utilização para os fins a que se destina. -----

20	29
Livro	Folha

---CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA (RECEÇÃO DEFINITIVA)---

---1-No final do prazo de garantia previsto na cláusula anterior, é realizada uma nova vistoria à obra para efeitos de receção definitiva. -----

---2-Se a vistoria referida no número anterior permitir verificar que a obra se encontra em boas condições de funcionamento e conservação, esta será definitivamente recebida.-----

---3- A receção definitiva depende, em especial, da verificação cumulativa dos seguintes pressupostos: -----

---a) Funcionalidade regular, no termo do período de garantia, em condições normais de exploração, operação ou utilização, da obra e respetivos equipamentos, de forma que cumpram todas as exigências contratualmente previstas; -----

---b)Cumprimento, pelo segundo outorgante, de todas as obrigações decorrentes do período de garantia relativamente à totalidade ou à parte da obra a receber. -----

---4-No caso de a vistoria recebida no n.º 1 permitir detetar deficiências, deteriorações, indícios de ruína ou falta de solidez, da responsabilidade do segundo outorgante, ou a não verificação dos pressupostos previstos no número anterior, o primeiro outorgante fixa o prazo para a sua correção dos problemas detetados por parte do segundo outorgante, findo o qual será fixado o prazo para a realização de uma nova vistoria nos termos dos números anteriores. -----

---5-São aplicáveis à vistoria e ao auto de receção definitiva, bem como à falta de agendamento ou realização da vistoria pelo primeiro outorgante, os preceitos que regulam a receção provisória quanto às mesmas matérias, nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 398.º do CCP. -

---CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA (RESTITUIÇÃO DE DEPÓSITOS E QUANTIAS RETIDAS E LIBERAÇÃO DA CAUÇÃO)---

---1 – Feita a receção definitiva de toda a obra, são restituídos ao segundo outorgante as quantias retidas como garantia ou a qualquer outro título a que tiver direito.-----

---CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA (DEVERES DE COLABORAÇÃO RECÍPROCA E INFORMAÇÃO)---

---As partes estão vinculadas pelo dever de colaboração mútua, designadamente no tocante à prestação recíproca de informações necessárias à boa execução do contrato, sem prejuízo dos deveres de informação previstos no artigo 290.º do CCP. -----

---CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA (SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL)---

Handwritten signatures and initials in the right margin.

20	30
Livro	Folha

---1-O segundo outorgante pode subcontratar as entidades identificadas na proposta, desde que se encontrem cumpridos os requisitos constantes dos n.ºs 3 e 6 do artigo 318.º do CCP. -----

---2-O primeiro outorgante apenas pode opor-se à subcontratação na fase de execução quando não estejam verificados os limites constantes do artigo 383.º do CCP, ou quando haja fundado receio de que a subcontratação envolva um aumento de risco de incumprimento das obrigações emergentes do Contrato. -----

---3-Todos os subcontratos devem ser celebrados por escrito e conter os elementos previstos no artigo 384.º do CCP, devendo ser especificados os trabalhos a realizar e expresso o que for acordado quanto à revisão de preços. -----

---4-O segundo outorgante obriga-se a tomar as providências indicadas pelo diretor de fiscalização da obra para que este, em qualquer momento, possa distinguir o pessoal do empreiteiro do pessoal dos subempreiteiros presentes na obra. -----

---5-O disposto nos números anteriores é igualmente aplicável aos contratos entre os subempreiteiros e terceiros. -----

---6-No prazo de cinco dias após a celebração de cada contrato de subempreitada, o segundo outorgante deve, nos termos do n.º 3 do artigo 385.º do CCP, comunicar por escrito o facto ao primeiro outorgante, remetendo-lhe cópia do contrato em causa.-----

---7-A responsabilidade pelo exato e pontual cumprimento de todas as obrigações contratuais é do segundo outorgante, ainda que as mesmas sejam cumpridas por recurso a subempreiteiros. -

---8-A cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, sendo em qualquer caso vedada nas situações previstas no n.º 1 do artigo 317.º do CCP.-----

---CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA (RESOLUÇÃO DO CONTRATO PELO PRIMEIRO OUTORGANTE)---

---1 – Sem prejuízo das indemnizações legais e contratuais devidas, o primeiro outorgante pode resolver o contrato nos seguintes casos: -----

---a) Incumprimento definido do Contrato por facto imputável ao segundo outorgante; -----

---b) Incumprimento, por parte do segundo outorgante, de ordens, diretivas ou instruções transmitidas no exercício do poder de direção sobre matéria relativa à execução das prestações contratuais; -----

---c) Oposição reiterada do segundo outorgante ao exercício dos poderes de fiscalização do primeiro outorgante;-----

- d) Cessão da posição contratual ou subcontratação realizadas com observância dos termos e limites previstos na lei ou no Contrato, desde que a exigência pelo segundo outorgante da manutenção das obrigações assumidas pelo dono da obra contrarie o princípio da boa-fé; -----
- e) Se o valor acumulado das sanções contratuais com natureza pecuniária exceder o limite previsto no n.º 2 do artigo 329.º do CCP; -----
- f) Incumprimento pelo segundo outorgante de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato; -----
- g) Não renovação do valor da caução pelo segundo outorgante, nos casos em que a tal esteja obrigado; -----
- h) O segundo outorgante se apresente à insolvência ou esta seja declarada judicialmente; -----
- i) Se o segundo outorgante, de forma grave ou reiterada, não cumprir o disposto na legislação sobre segurança, higiene e saúde no trabalho; -----
- j) Se, tendo faltado à consignação sem justificação aceite pelo primeiro outorgante, o segundo outorgante não comparecer, após segunda notificação, no local, na data e na hora indicados pelo primeiro outorgante para nova consignação desde que não apresente justificação de tal falta aceite por este; -----
- k) Se ocorrer um atraso no início da execução dos trabalhos imputável ao segundo outorgante que seja superior a 1/40 do prazo de execução da obra; -----
- l) Se o segundo outorgante não der início à execução dos trabalhos a mais decorridos 15 dias da notificação da decisão do dono da obra que indefere e reclamação apresentada por aquele e reitera a ordem para a sua execução; -----
- m) Se houver suspensão da execução dos trabalhos pelo dono da obra por facto imputável ao segundo outorgante ou se este suspender a execução dos trabalhos sem fundamento e fora dos casos previstos no n.º 1 do artigo 366.º do CCP, desde que da suspensão advenham graves prejuízos para o interesse público; -----
- n) Se ocorrerem desvios ao plano de trabalhos nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 404.º do CCP; -----
- o) Se não forem corrigidos os defeitos detetados no período de garantia da obra ou se não for repetida a execução da obra com defeito ou substituídos os equipamentos defeituosos, nos termos do disposto no artigo 397.º do CCP. -----
- p) Por razões de interesse público, devidamente fundamentado. -----

177
H20p

20	31
Livro	Folha

---2-Nos casos previstos no número anterior, havendo lugar a responsabilidade do segundo outorgante, será o montante respetivo deduzido das quantias devidas, sem prejuízo do primeiro outorgante poder executar as garantias prestadas. -----

---3-No caso previsto na alínea p) do n.º 1, o segundo outorgante tem direito a indemnização correspondente aos danos emergentes e aos lucros cessantes, devendo, quanto a estes, ser deduzido o benefício que resulte da antecipação dos ganhos previstos. -----

---4-A falta de pagamento de indemnização prevista no número anterior no prazo de 30 dias contados da data em que o montante devido se encontre definitivamente apurado confere ao segundo outorgante o direito ao pagamento de juros de mora sobre a respetiva importância. ----

---CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA (RESOLUÇÃO DO CONTRATO PELO SEGUNDO OUTORGANTE)-----

---1 – Sem prejuízo das indemnizações legais e contratuais devidas, o segundo outorgante pode resolver o contrato nos seguintes casos: -----

---a)Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias; -----

---b)Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável ao primeiro outorgante; -----

---c)Incumprimento de obrigações pecuniárias pelo dono da obra por período superior a seis meses ou quando o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros; -----

---d)Exercício ilícito dos poderes tipificados de conformação da relação contratual do primeiro outorgante, quando tornem contrária à boa-fé a exigência pela parte pública da manutenção do contrato; -----

---e)Incumprimento pelo primeiro outorgante de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato; -----

---f)Se não for feita consignação da obra no prazo de seis meses contados da data da celebração do contrato por facto não imputável ao segundo outorgante; -----

---g)Se, havendo sido feitas uma ou mais consignações parciais, o retardamento da consignação ou consignações subsequentes acarretar a interrupção dos trabalhos por mais de 120 dias, seguidos ou interpolados; -----

---h)Se, avaliados os trabalhos a mais, os trabalhos de suprimento de erros e omissões e os trabalhos a menos, relativos ao Contrato e resultantes de atos ou factos não imputáveis ao segundo outorgante, ocorrer uma redução superior a 20 % do preço contratual; -----

---i)Se a suspensão da empreitada se mantiver: -----

---i.Por período superior a um quinto do prazo de execução da obra, quando resulte de caso de força maior; -----

---ii.Por período superior a um décimo do mesmo prazo, quando resulte de facto imputável ao primeiro outorgante; -----

---k)Se, verificando-se os pressupostos do artigo 354.º do CCP, os danos do segundo outorgante excederem 20% do preço contratual. -----

---2-No caso previsto na alínea a) do número anterior, apenas há direito de resolução quando esta não implique grave prejuízo para a realização do interesse público subjacente à relação jurídica contratual ou, caso implique tal prejuízo, quando a manutenção do contrato ponha manifestamente em causa a viabilidade económicofinanceira do segundo outorgante ou se revele excessivamente onerosa, devendo nesse último caso, ser devidamente ponderados os interesses públicos e privados em presença. -----

---3-O direito de resolução é exercido por via judicial ou mediante recurso a arbitragem. -----

---4-Nos casos previstos na alínea c) do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração ao primeiro outorgante, produzindo efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar. -----

---**CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA (FORO COMPETENTE)**-----

---Para resolução de todos os litígios decorrentes do Contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Viseu, com expressa renúncia a qualquer outro. -----

---**CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA (COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES)**-----

---1- Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual da cada uma, identificados no Contrato.-

---2-Qualquer alteração das informações de contacto constantes do Contrato deve ser comunicada à outra parte. -----

---**CLÁUSULA QUINGENTÉSIMA QUARTA (CONTAGEM DOS PRAZOS)**-----

---Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.-----

---**CLAUSULA QUINQUAGÉSIMA QUINTA (LEGISLAÇÃO APLICÁVEL)**-----

---Decreto-Lei nº18/2008 de 29 de setembro – Código dos Contratos Públicos e posteriores alterações e restante legislação aplicável.-----

---**CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEXTA (CABIMENTAÇÃO)**-----

17/11/2009

1-2009

20	32
Livro	Folha

---A Classificação Orçamental da dotação por onde estes trabalhos vão ser liquidados, tem cabimento na despesa orçamental, através da seguinte rubrica: Classificação Orgânica "Zero um, Zero dois", Classificação Económica – "zero sete, zero um, zero três, zero um", e GOPs 2 51 2020/27 "Museu Zoológico de Sátão e 2 51 2020/27 Ac.2 "Centro Interpretativo de Ferreira de Aves]" e compromissos número 51733 e 51734.-----

---CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA (GESTOR DO CONTRATO)-----

---Nos termos do nº 1 do artigo 290-A do CCP, fica designado como gestor do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução do mesmo, [REDACTED]

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA OITAVA(IMPOSTO DE SELO)-----

---Que este Contrato encontra-se isento de pagamento de Imposto de Selo, ao abrigo do disposto no artigo 99º, número dois, da Lei número 3-B/2010, de 28 de Abril. -----

--- Pelo Segundo Outorgante foi dito: -----

---Que em nome da Construções Graciano & Sousa, Lda, LDA que neste ato representa, aceita o clausulado do presente Contrato com o Município de Sátão, nas condições que ficam exaradas.-----

--- Foi-me presente e arquivo:-----

---a) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II do CCP;-----

---b) Declaração de não dívida à Segurança Social emitida em 21.12.2020;-----

---c) Certidão de não dívida à Autoridade Tributária e Aduaneira, emitida pelo Serviço de Finanças de Sátão em 21.12.2020;-----

---d) Certificado do Registo Criminal dos Gerentes e da Firma que representa, nos quais se verifica estarem satisfeitos os requisitos das alínea b), d), e) e i) do n.º 1.º do artigo 55.º do CCP.-----

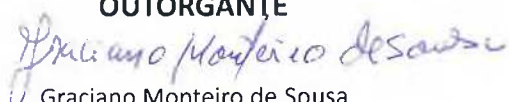
---e) Alvará: 47932-PUB;-----

--- Assim o disseram e outorgaram. ---

**O REPRESENTANTE DO PRIMEIRO
OUTORGANTE**


Alexandre Mandel Mendonça Vaz, Dr.

**O REPRESENTANTE DO SEGUNDO
OUTORGANTE**


Graciano Monteiro de Sousa

O OFICIAL PÚBLICO

